



## **EIXO 1: POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE NA AMÉRICA LATINA NO ÂMBITO DOS PROJETOS EM DISPUTA**

### **EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS E DECOLONIALIDADE: POR UMA NOVA GRAMÁTICA DO SER-SENTIR-FAZER**

**Maria da Conceição Oliveira Lopes**  
UNEB  
maria.ceica74@yahoo.com.br

**Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios**  
UNEB  
jrrios@uneb.br

#### **Resumo**

Visando contribuir com a ampliação das discussões sobre uma educação orientada pelo pensamento decolonial e práticas que rompam com as estruturas de dominação ocidental, esta escrita nasce no âmbito da pesquisa doutoral em andamento, que busca compreender, através das narrativas docentes, como a diversidade transversaliza suas experiências pedagógicas no contexto da Educação Integral em Tempo Integral. As escolas de Tempo Integral vem sendo implementadas como o pilar estruturante para a diversificação curricular, visando à formação integral dos/as estudantes. Assim, merece ser observada a concepção de Educação Integral que orienta as ações pedagógicas e como se desenvolvem as temporalidades e experiências educativas no contexto de diversidade em que os/as atores/atrizes sociais são alvos do gerencialismo neoliberal do cenário nacional e da gestão de resultados e, ao mesmo tempo, dos pressupostos de política de identidade e pertencimento, norteados pelos referenciais curriculares da Bahia. A intenção é problematizar como as concepções, percepções de diversidade atravessam as narrativas docentes, de modo a refletir sobre a importância de uma formação humana integral e integrada, na perspectiva de uma pedagogia insurgente, decolonialmente orientada. Os fundamentos da pesquisa pautam-se nos princípios epistemológicos da pesquisa qualitativa, ancorado nos pressupostos da abordagem da Pesquisa Narrativa, com ênfase nas narrativas docentes. Sabemos que, historicamente, a sociedade foi dividida entre o



RED ESTRADO



Nós e os Outros, o hierarquizado e o subalternizado, refletindo a divisão social, a marginalização de sujeitos considerados ninguém, quaisquer, sub-cidadãos, incivilizados, incultos, que têm suas vidas ameaçadas, que não são rentáveis, como nos lembra Arroyo (2019). Olhando para a escola, podemos considerar um padrão único de pessoa aluno? Em pleno século XXI, em que os “ninguém”, invisibilizados, lutaram e lutam pelo direito ao respeito a sua cultura, ao seu jeito de ser, de viver, de sentir, de fazer ainda cabe uma concepção padronizada, branqueadora, eurocêntrica, elitizada de fazer educação? Como lidamos com a diferença e a igualdade? Essas e outras questões nos reportam à origem do sistema-mundo hierarquizado, que se deu a partir do século XVI, quando os países europeus, tomando como referência seus modos de viver e produzir cultura, passaram a exercer dominação sobre os povos originários. A colonialidade do poder, do saber, da linguagem, do ser são algumas dimensões impactadas pelas estruturas da racionalidade moderna ocidental, que define quem é alguém e quem está condenado a ser ninguém. O modelo colonizador que oprime as minorias, anulando as trajetórias e existências dos povos originários da Abya Yala (nome ancestral dado aos países do sul) e dos povos diaspóricos escravizados sempre ditou o comportamento humano. Para subverter essa lógica de dominação, faz-se urgente decolonizar os sujeitos sociais para que se possa descolonizar as instituições, os sistemas econômicos e educacionais, pensando na construção de um outro mundo possível, livre das amarras históricas e perversas da colonização. Para isto, a pedagogia da resistência é apontada como princípio norteador, cuja práxis, adotada pelos povos originários, contribui para a construção de outros modos de viver radicalmente diferentes. Sua forma de se relacionar com o mundo, fundamentada no respeito às pessoas e à natureza, suas histórias e lutas, trazem uma teoria da ação própria como caminho a se percorrer pensando e agindo decolonialmente. Essa práxis nos impulsiona a refletir sobre os processos educacionais e a necessidade de formar subjetividades rebeldes para uma pedagogia da contracolônização, da transgressão, constitutiva de deslocamentos que nos obriguem a reinventar novas formas de ação política e revolucionária. A ação transformadora se faz imbuída do reconhecimento da diversidade dos povos dos múltiplos territórios latino-americanos, a partir da valorização da sua forma de ser e estar



RED ESTRADO



no mundo. A ruptura com o paradigma vigente são fissuras que insurgem dos modos de lutar e resistir advindas do sul global, especificamente das terras de Abya Yala, que resiste em instituir sua ancestralidade, seu território, cultura, etnicidade, oralidade e relação com o meio ambiente como modo de vida possível e legítimo, assim também como os povos diaspóricos africanos (Walsh, 2016). A linguagem é o artefato poderoso que nomeia os fenômenos, produz sentido, constrói subjetividades, visões de mundo e produz a identidade e a diferença, resultante dos atos discursivos nas relações sociais. Colonizando eventos com línguas, com palavras que parecem nomear realidades de forma diferente, o colonizador continua a exercer práticas de dominação, nomeando o outro de diverso, porém ainda colonizado (González & Monteagudo, 2023), visto como “os ninguéns”. A educação caminha na direção de uma epistemologia da gramática ocidental, reproduzindo verdades narradas pela cosmovisão colonialista, que cristaliza uma visão única, de uma história única, hierarquizando o ser e o saber. A pedagogia da resistência nos convoca a descolonizar a história contada pelos poderosos, dando lugar à memória do povo, suas biografias de lutas, resistência, escassez, pobreza, mas também de riqueza espiritual, ancestral, cultural, criativa, de relação com a natureza e de sabedoria popular, valorizando os sujeitos em sua omnilateralidade. Necessário se faz descolonizar as bibliotecas, os livros que subjagam com sua linguagem de natureza militar, religiosa político-ideológica que enquadram comportamentos e identidades a uma lógica ocidental, hegemônica, que prescrevem padrões e normalizam a exclusão, a pobreza, o ódio e o preconceito (González & Monteagudo, 2023). A linguagem renovada é fundante para nomear e comunicar outras formas de ser, de existir, de incluir, de fazer economia, política, ciência, outras epistemologias, arte, educação, outras histórias, as narrativas silenciadas, não contadas nos livros de História, outras biografias, as biografias de resistência, a sabedoria popular, as identidades subalternizadas. Nomear as diversas gentes, os quaisques, os ninguéns, tirando da invisibilidade e tornando-os protagonistas das narrativas de outro mundo possível, é mobilizar novas escritas, uma nova história. Nessa direção, a educação tem papel fundamental na descolonização do tempo, dos currículos, conteúdos, formas de avaliar, construindo outras gramáticas, outros dicionários e enciclopédias, outras literaturas, através de práticas insurgentes, disruptivas,



RED ESTRADO



numa perspectiva decolonial, que promova um clima de inclusão e viva a diversidade e suas manifestações em sua integralidade humana, compreendendo o tempo como elemento que possibilite que “o outro diga quem ele é, mostre-se, ocupe o seu único lugar no mundo e exerça o seu direito de ser outro” (Pinho & Souza, 2021, p. 164). Tempo é vida, o tempo requer sentido, dignidade e viver dignamente faz parte da integralidade do ser.

**Palavras-chave:** Decolonialidade, Diversidade, Educação Básica

### Referências

ARROYO, Miguel González. Paulo Freire: Outro paradigma pedagógico? **Educação em Revista**. Belo Horizonte|Dossiê - Paulo Freire: O Legado Global|v.35|e214631|2019.

GONZÁLEZ, Miguel Alberto. GONZÁLEZ-MONTEAGUDO, José. Descolonizar los lenguajes de los poderes. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19 n. 50, 2023. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.11997.

PINHO, Ana Sueli Teixeira; SOUZA, Elizeu Clementino. Acolhimento às diferenças e temporalidades dos sujeitos: implicações curriculares na constituição do tempo escolar. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 26, n. 56, p. 149-170, jan./abr. 2021.

WALSH, Catherine. Gritos, grietas y siembras de vida: Entretejer de lo pedagógico y lo decolonial. Walsh (Tomo II – p. 17-48). In: **Pedagogias decoloniais: práticas insurgentes de resisitir, (re)existir e (re)viver**. 2016.